

POR UMA EDUCAÇÃO AFRO-LATINO-AMERICANA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GEOGRAFIA ANTIRRACISTA¹

Késia Rayanne Almeida Oliveira²

RESUMO

O propósito deste artigo é abordar a temática racial no campo da geografia, mais especificamente, realizar uma análise da geografia atual para entender como o tema étnico-racial tem aparecido em revistas classificadas como Qualis A1. Nos interessa nesta pesquisa realizar um breve levantamento dos artigos existentes sobre a questão racial em periódicos Qualis Capes, de modo a compreender como essas discussões sobre a questão racial adentram os debates na geografia acadêmica, isso a partir do levantamento dos artigos publicados em Periódicos Qualis A1 em geografia, de 2003 a 2023. O recorte temporal para nossa investigação foi estabelecido com base nas possíveis reverberações da Lei Federal 10.639/2003, substituída em 2008 pela Lei 11.645, que estabeleceu os marcos do ensino de história e da cultura afro-brasileira e indígena no Brasil e que, em nossa perspectiva, trouxe maior visibilidade às lutas do povo negro. Pretendemos discutir essas questões a partir das seguintes referências teóricas: Lilia Moritz Schwarcz (1993; 2012); Florestan Fernandes (2017); Asad Haider (2019); Silvo Almeida (2020; 2021); Lélia Gonzalez (2020; 2022); Carlos Hasenbalg (2022) e Ynaê Lopes dos Santos (2022).

Palavras-chave: Raça, Qualis A1, Lei 10.639/2003, Geografia étnico-racial.

RESUMEN

El propósito de este artículo es abordar la temática racial en el campo de la geografía, específicamente realizar un análisis de la geografía actual para comprender cómo ha sido abordado el tema étnico-racial en revistas clasificadas como Qualis A1. Nos interesa realizar un breve estudio de los artículos existentes sobre la cuestión racial en revistas calificadas por Capes, con el fin de comprender cómo estas discusiones sobre la cuestión racial entran en los debates de la geografía académica, a partir del análisis de los artículos publicados en Revistas Qualis A1 en Geografía, desde 2003 hasta 2023. El período temporal para nuestra investigación se estableció considerando las posibles repercusiones de la Ley Federal 10.639/2003, reemplazada en 2008 por la ley 11.645, que estableció los marcos para la enseñanza de la historia y la cultura afrobrasileña e indígena en Brasil, y que, en nuestra perspectiva, brindó mayor visibilidad a las luchas del pueblo negro. Pretendemos discutir estos temas basándonos en las siguientes referencias teóricas: Lilia Moritz Schwarcz (1993; 2012); Florestan Fernandes (2017); Asad Haider (2019); Silvo Almeida (2020; 2021); Lélia Gonzalez (2020; 2022); Carlos Hasenbalg (2022); y Ynaê Lopes dos Santos (2022).

Palabras clave: Raza, Qualis A1, Ley 10.639/2003, Geografía étnico-racial.

¹Este resumo contém reflexões realizadas pela autora no âmbito de sua pesquisa de mestrado. Agradecemos à Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fornecimento da bolsa de estudos e ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, kesia.rao@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A geografia é um campo de estudo permeado por conexões, relações e diálogos com vários campos científicos (Bourdieu, 2004), de modo que muitos dos temas e dos assuntos abordados pela geografia se situam na “fronteira”³, envolvendo a colaboração de diferentes áreas de conhecimento.

Raça não é uma categoria geográfica, embora tenha sido largamente utilizada nesse campo de conhecimento, especialmente quando relacionada à formação da população brasileira. De acordo com Cirqueira (2015), a construção da raça enquanto elemento distintivo de um grupo humano ocorreu a partir do século XIX, sobretudo nos campos da antropologia, sociologia, entre outras, influenciada tanto por uma dimensão econômica e social, atrelada às concepções de civilização e de progresso e seus opostos, quanto pelos estudos desenvolvidos a partir das teorias darwinistas. Desse modo, elas adentraram o campo geográfico desde sua constituição inicial.

Alguns geógrafos como Malachias (2006), Ratts (2010), Cirqueira (2015) e Mendes (2021), ao realizarem uma análise da geografia atual, perceberam que o tema étnico-racial era escassamente abordado, embora tenha sido amplamente discutido em obras geográficas ao longo do século XX. Contudo, também apontam que, nos últimos 20 anos, alguns geógrafos têm ressaltado a importância da questão étnico-racial ao pensar nas desigualdades socioespaciais e compreender a formação socioespacial da sociedade brasileira. A reflexão desses autores destaca que a dimensão espacial dessa problemática é evidente e abrange diversas escalas da estrutura social. Isso se manifesta nas desigualdades regionais, nos processos de segregação, na configuração e nos conflitos territoriais, bem como nas experiências individuais e coletivas vivenciadas nos diferentes lugares (Cirqueira, 2015).

As questões étnicas raciais se fazem presentes na geografia em diversos âmbitos. No caso da geografia escolar, são expressas a partir da discussão das temáticas raciais, dos preconceitos socialmente construídos e das necessidades prementes de denunciá-los e de combatê-los. Em relação à geografia acadêmica, se manifestam no sentido de compreender como a construção da “história da geografia” se fez presente historicamente nessas discussões e como essa dimensão é abordada hoje, na constituição das temáticas relevantes do campo.

Assim, nos interessa nesta pesquisa realizar um breve levantamento dos artigos existentes sobre a questão racial em periódicos Qualis Capes, de modo a compreender como as

³ Fronteira aqui entendida como “contato”, mais que como “limites e separações” (Hissa, 2006).

discussões sobre a questão racial adentram os debates na geografia acadêmica, isso a partir do levantamento dos artigos publicados em Periódicos Qualis A1 em geografia, de 2003 a 2023. O recorte temporal para nossa investigação foi estabelecido com base nas possíveis reverberações da Lei Federal 10.639/2003⁴, substituída em 2008 pela Lei 11.645, que estabeleceu os marcos do ensino de história e da cultura afro-brasileira e indígena no Brasil e que, em nossa perspectiva, trouxe maior visibilidades às lutas do povo negro.

O Qualis Periódicos é um sistema de classificação utilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para avaliar a qualidade dos periódicos científicos brasileiros e estrangeiros em diferentes áreas do conhecimento. Ele foi criado visando auxiliar na avaliação dos programas de pós-graduação e na seleção dos periódicos para publicação e para divulgação dos resultados de pesquisa.

Os periódicos com classificação A1 são considerados os de maior qualidade e prestígio, com um nível de exigência elevado em termos de seleção de artigos e contribuições científicas. De acordo com Schifini (2018), esses periódicos costumam ser referências importantes para a comunidade científica em suas respectivas áreas de conhecimento. Assim, quando um autor tem um artigo publicado em uma revista Qualis A1, isso evidencia a qualidade e o prestígio da pesquisa, pois publicar em revistas desse perfil é mais desafiador, devido às rigorosas etapas de seleção às quais o trabalho costuma ser submetido.

METODOLOGIA

Essa pesquisa está articulada à compreensão do discurso produzido por e na “geografia acadêmica/científica”, ou seja, trata-se da discussão e do levantamento das produções desse campo do conhecimento assentadas na sua dimensão racial, que é simultaneamente temporal e espacial.

O presente artigo buscará uma investigação estruturada em duas etapas. A primeira delas consiste no levantamento bibliográfico a respeito do que é o racismo, como ele se apresenta no Brasil, quais as especificidades do “racismo à brasileira” e como essa discussão aparece na geografia, ao longo do tempo e no período atual. Previamente, já destacamos que o termo

⁴ É uma lei do Brasil que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Essa lei foi substituída pela Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008, que torna obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Contudo, essa lei não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores nas licenciaturas, deixando uma lacuna no ensino de geografia.

"racismo à brasileira" não foi criado unicamente por uma pessoa. Ele é frequentemente usado para descrever as características do racismo no contexto brasileiro, visto que esse apresenta peculiaridades em relação a outros países. Essa expressão é utilizada para abordar as formas sutis e psicológicas de racismo presentes na sociedade brasileira, que podem manifestar-se por meio de estereótipos, diferenças raciais, desigualdades socioeconômicas, entre outros. Embora seja difícil atribuir a autoria do termo a uma única pessoa, é importante mencionar que diversos pesquisadores, acadêmicos, ativistas e intelectuais contribuíram para o entendimento e a discussão do "racismo à brasileira" ao longo do tempo (Schwarcz, 1993; Fernandes, 2017; Gonzalez, 2020; Almeida, 2020; Santos, 2022).

A segunda etapa tem em vista realizar um breve levantamento das revistas classificadas pela Capes A1, dos artigos publicados entre 2003 e 2023, a respeito das questões raciais na geografia. Conforme já foi apontado, o período escolhido decorre da promulgação da Lei 10.639/2003, substituída em 2008 pela Lei 11.645, que estabelece os marcos do ensino de "história e cultura afro-brasileira", e sobre a história e a cultura dos povos indígenas no Brasil. Assim, busca-se entender as possíveis reverberações dessa lei na discussão dessa temática nas publicações acadêmicas da geografia, presentes nos artigos publicados nos periódicos Qualis A1, principalmente em termos quantitativos, visando compreender se houve um aumento do número de artigos sobre a questão racial nos últimos anos.

Como iremos trabalhar apenas com as informações do portal da Plataforma Sucupira, buscamos verificar as classificações existentes e encontramos somente três eventos de classificação na plataforma. A primeira classificação estabelecida é o triênio 2010- 2012, no qual apareceram 135 revistas, das quais apenas 2 que discutem geografia: Mercator (Fortaleza) e a Geographia (UFF). Uma segunda classificação é o quadriênio 2013-2016, em que apareceram 127 revistas. Dentre elas, as revistas de geografia que apareceram são as seguintes: Boletim Goiano de Geografia, GEOUSP: Espaço e Tempo, Mercator (Fortaleza) e Sociedade & Natureza (UFU), ou seja, 4 revistas. Já a última classificação é o quadriênio 2017-2020, no qual apareceram 631 registros, sendo 15 revistas de geografia. As revistas que apareceram são: Boletim Paulista de Geografia, Caderno de Geografia (PUC-MG), Cadernos Metrôpole (PUC-SP), Caminhos De Geografia (UFU), Confins, Espaço Aberto (PPGG-UFRJ), GEO UERJ, Geographia (UFF), GEOUSP: Espaço e Tempo, Mercator (Fortaleza), Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise, Revista do Departamento de Geografia (USP), Revista Espaço Aberto, Revista Geográfica Acadêmica, Revista Perspectiva Geográfica e Sociedade & Natureza (UFU).

O motivo da variação de número de período ao longo dessas três classificações tem relação com os novos critérios de avaliação realizados pela CAPES. Assim, a partir desse levantamento, buscaremos fazer uma breve discussão a respeito dos critérios utilizados pela CAPES para classificação ao longo desse período.

Optamos por conduzir esta pesquisa utilizando apenas a classificação do Qualis referente ao período de 2017-2020, considerando que seja a mais recente e que contenha um maior número de revistas de geografia classificadas como A1. Dentro desse grupo de revistas, nossa análise de conteúdo se concentrará exclusivamente nas que já existiam em 2003, ano de promulgação da Lei 10.639, devido ao nosso recorte temporal. No entanto, é importante ressaltar que, ao selecionar apenas o último Quadriênio (2017-2020) e considerar apenas as revistas existentes em 2003, estamos fazendo a exclusão de alguns periódicos relevantes para geografia, por exemplo, a Revista Terra Livre, criada em 1986.

Além disso, as revistas que serão escolhidas para esse trabalho possuem a classificação A1 de acordo com o último quadriênio (2017-2020). Isso implica que, embora essas revistas de geografia não tivessem inicialmente a classificação A1, elas já estavam em circulação em 2003. Dessa forma, partimos do presente para investigar o que existia no passado, a fim de estabelecer um recorte temporal entre 2003 e 2023.

A escolha de trabalhar com o periódico Qualis A1 ocorre pelo fato de que os periódicos acadêmicos são um instrumento-chave na organização, na estruturação e na institucionalização social de todas as áreas do conhecimento, visto que as publicações são um elemento constituinte da produção e da reprodução do conhecimento científico. Esses artigos a serem analisados “são textos autorizados dentro do domínio científico, pois são publicações de revistas especializadas, que possuem uma comissão (de membros também autorizados) que analisa e seleciona os textos que constituirão o número da revista.” (Pena, 2005, p. 68).

Assim, a partir dessa seleção dos trabalhos, buscamos responder a algumas questões: Com qual frequência essa temática racial aparece? Houve um aumento da discussão desse tema nos últimos anos? Há concentração dessas discussões em alguns periódicos? Em caso positivo, quais?

As ideologias raciais

O racismo não é apenas um problema ético; é, sobretudo, uma relação social estruturada pela economia e pela política, e, justamente por ser uma relação social, é dotada de materialidade e historicidade (Almeida, 2021). Assim, o racismo deve ser compreendido como

uma questão estrutural e estruturante, uma vez que as divisões de classes permaneceram sem ruptura na transição do modo de produção do escravismo colonial para o modo de produção capitalista (Oliveira, 2021).

O racismo pode ser definido enquanto uma construção ideológica e um conjunto de práticas, sendo sua “essência” a negação total ou parcial da humanidade do outro, no caso das pessoas não brancas. Essa construção ideológica serviu, e ainda serve, para justificar a exploração e o domínio de povos não brancos. Assim, entender o racismo também como ideologia significa compreender que essa não diz respeito somente às “ideias”, embora também seja constituída por elas, mas se materializa em práticas sociais. O racismo está profundamente enraizado na sociedade, permeado por uma ideologia dominante, ou seja, uma "cultura racista". Por isso, não se pode dissociar o racismo “primeiro do capitalismo e segundo, da classe de pertencimento” (Coutinho; 2022, p.50).

Asad Haider (2019, p.72) introduz a ideia da “ideologia racial”, pois, para ele, “não há razão intrínseca para organizar os seres humanos com base em características que essa ideologia nos diz ser ‘racial’. A ideologia de raça afirma que podemos categorizar as pessoas conforme as características físicas específicas, que geralmente giram em torno da cor de pele” (Haider, 2019, p.72). Ou seja, para o autor, a classificação dos seres humanos é uma forma de classificação desnecessária que só tem algum significado porque tem consequências sociais. Uma das mais “óbvias” consequências sociais dessa categorização das pessoas é o racismo.

Portanto, é necessário pensar quais as consequências sociais produzidas pelo racismo, entendendo-o articulado, por sua vez, com a (re)produção de desigualdades; justificado pela raça e praticado por variadas instituições, e materializado em práticas cotidianas, naturalizado por palavras, expressões, ações, (in)visibilizando os corpos negros ou considerando-os como marginais, menos inteligentes e inferiores.

Para Silvio Almeida (2020, p. 9), “a identidade é fruto de uma história, que só pode ser alcançada caso mergulhando nas relações sociais concretas”. Ou seja, existem relações entre as ideologias e a construção de identidades nas relações concretas que se revelam nas práticas de indivíduos “assujeitados” pelo funcionamento das instituições.

Além disso, o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor. O conteúdo dessa justificativa variou ao longo do tempo, tendo começado com as noções imbuídas de uma visão religiosa do mundo que permitiram estabelecer a distinção entre cristãos e pagãos. Mais tarde, e de uma maneira paradoxal, o ideário de igualdade e de liberdade surgido no final do século XVIII acentuou a exclusão dos não brancos do

burguês e levou a necessidade de reforçar a distinção entre (brancos) e sub-homens (de cor). Já no século XIX, o darwinismo social, o evolucionismo, e as doutrinas do “racismo científico” e a ideia de “missão civilizatória do homem branco” aparecem intimamente relacionadas à expansão imperialista dos países europeus (Hasenbalg, 2022, p.88).

Desse modo, para pensar o racismo na sociedade brasileira, é importante entender a formação das ideologias raciais no Brasil e, assim, problematizar o mito da democracia racial.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (Gonzalez, 2020, p.78)

O mito da democracia racial, enquanto modo de representação e de discurso, esconde a realidade vivida pelo negro no Brasil. “Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à Lei Áurea nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada” (Gonzalez, 2020, p.38). O grupo racial dominante, geralmente o branco, justifica sua indiferença em relação ao negro, pois, se esse não ascendeu socialmente, ele é o único culpado pelo seu “fracasso”, ou seja, esse “fracasso” é individualizado.

O racismo à brasileira

Segundo Florestan Fernandes (2017, p.33), o mito da democracia racial contribui para retardar as mudanças estruturais na medida em que possibilita ignorar as desigualdades extremas presentes no Brasil, resguardando a “estabilidade da ordem”. Conforme o autor, isso explicaria o porquê do mito da democracia racial ainda se fazer tão presente na nossa sociedade, pois ele estrutura toda uma ordem social, com raízes no passado colonial e na produção escravista, que possibilitou a acumulação interna do capital. Assim, no Brasil, o racismo é associado, de um modo específico, ao mito da democracia racial, ambos constituindo um suporte para essa configuração.

Ynaê Lopes dos Santos (2022) afirma que o Brasil é um país que reconhece a existência do racismo; contudo, também é o país onde ninguém se diz racista. Assim, essa combinação resulta em práticas nas quais “todas as pessoas têm alguma opinião sobre o racismo, sem que haja uma compreensão mínima da dimensão desse fenômeno” (Santos, 2022, p.12).

Ou seja, no Brasil, o racismo ainda é visto como uma questão de opinião, o que resulta na desqualificação e no esvaziamento das ações de cunho racista, sendo a ideia da “democracia racial” uma espécie de apanágio usado como um mecanismo para deslegitimação de quem sofre com o racismo. “A dificuldade em determinar o sujeito da ação racista invalida a denúncia, banalizando não só a atitude da vítima, mas também a queixa e o ato discriminatório em si. Uma fórmula perfeita para manter bem azeitado o funcionamento do racismo brasileiro” (Santos, 2022, p.13).

Nesse sentido, Ynaê Lopes dos Santos (2022) afirma que uma das dificuldades em compreender o racismo como uma realidade concreta no Brasil é, justamente, o fato de o racismo compor a estrutura social da nossa sociedade, ou seja, instituindo o racismo estrutural. Todavia, tomando como referência uma concepção histórico-crítica, não é possível deixar de mobilizar o conceito de opressão de raça, visto que esse foi fundamental para a construção dos processos de exploração, de exclusão e de apropriação sofridos pela maioria da população negra. No contexto mencionado, é possível afirmar que o racismo se tornou um elemento fundamental na sociedade brasileira, desempenhando um papel relevante como força social e como uma das estruturas que a compõem. Essa condição se deve à sua capacidade de operar em benefício do capitalismo - incluso o capitalismo “à brasileira” -, promovendo o processo de dominação burguesa. Essa influência foi particularmente significativa entre meados do século XIX e o final do século XX (Souza, 2022).

Ynaê Lopes dos Santos (2022), ao propor “uma história de formação do país”, está partindo de dois pressupostos. O primeiro é que “não há história do Brasil sem o racismo”; e o segundo, que é o atravessamento do racismo e diferentes períodos ao longo da história, pois é um sistema de poder e de opressão historicamente construído, ou seja, tem uma materialidade. Assim, analisar as mudanças e as permanências do racismo no Brasil nos ajuda a compreender como esse sistema funciona e, desse modo, pode permitir romper com a ideia de pensar o racismo como a “aura falaciosa”, uma “coisa natural”.

De acordo com Santos (2022), a história do racismo no Brasil antecede a própria história do país, visto que a própria noção de “descoberta” já parte de uma perspectiva eurocêntrica. Isso significa dizer que o racismo não nasce em determinado lugar ou data. Contudo, ganha forças com advento das ciências no século XIX, que alicerça a vida das sociedades modernas.

Já sobre a chegada das teorias raciais no Brasil, Lilia Schwarcz (2012) diz que essas chegaram em meados do século XIX, ou seja, quando a abolição da escravidão se tornava irreversível na medida em que vários países já haviam abolido a escravidão, tendo sido o Brasil o último país a abolir esse sistema. Esse país é fortemente marcado por esses três séculos de

escravidão, pois, para cá, vieram forçadamente cerca de 3, 6 milhões de africanos, o que alterou “as cores, os costumes e a própria sociedade local” (Schwarcz, 2012, p. 37).

Lilia Schwarcz (1993, p.15) afirma que, no final do século XIX, “o Brasil era apontado como um caso único e singular de extrema miscigenação racial. Um ‘festival de cores’ (Aimard, 1888)”. Assim, na visão dos viajantes europeus, o Brasil se compunha por uma “sociedade de raças cruzadas”. Por sua vez, os intelectuais brasileiros entendiam o Brasil como uma “nação multiétnica”, um “espetáculo brasileiro da miscigenação” (Schwarcz, 1993, p.15). Para todos os efeitos, no século XIX o Brasil era entendido como um típico país miscigenado que tinha como promessa o branqueamento da nação, saída e solução para construção de uma nação civilizada.

As noções de que o Brasil era um país mestiço não restringiam o debate apenas ao circuito interno, pois estava presente no imaginário de vários naturalistas do século XIX que buscavam, no Brasil, espécies raras da fauna e da flora, e se depararam com “o espetáculo dos homens e da mistura de raças” (Schwarcz, 1993, p.17). A mestiçagem adjetivada por esses naturalistas foi usada pela *intelligentsia* como argumento para o “atraso da nação”. Essas ideias articulavam-se ao imperialismo e justificavam o domínio dos europeus sobre os demais povos (Santos, 2022). Essas doutrinas, influenciadas por ideias como o darwinismo social e o racismo científico, promoviam a concepção de superioridade racial e cultural dos europeus, legitimando, assim, a exploração e o controle sobre outras nações. Nesse contexto, essa visão imperialista era fundamentada em preconceitos e em estereótipos, estabelecendo uma hierarquia entre as diferentes culturas e os povos.

No Brasil, o racismo é definido por Lélia Gonzalez como sofisticado, visto que esse é um racismo disfarçado. Gonzalez (2020, p. 130) define o racismo em dois tipos: o racismo aberto e o racismo disfarçado. O racismo aberto é característico das sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, e estabelece que negro/negra é a pessoa que tem antepassados negros. Desse modo, de acordo com essa ideia, a miscigenação é impensável, pois objetiva-se manter sua “pureza” e reafirmar sua “superioridade” e, para garantir isso, a única solução é assumir de forma explícita a segregação dos grupos não brancos - África do Sul e os Estados Unidos são exemplos desse tipo de teoria e de prática explícitas do racismo.

Gonzalez explica que, no caso das sociedades de origem latina, o tipo de racismo que predomina é o racismo disfarçado, também classificado pela autora como “racismo por denegação” (2020, p. 130). Nesse tipo de racismo, há o predomínio de teorias de miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. Além disso, esse tipo de racismo se faz presente nos países de colonização luso-espanhola e se explica pela formação histórica dos países ibéricos.

Ou seja, o racismo por denegação é regra na América Latina, pois a Espanha e Portugal já tinham uma experiência sólida quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo rigidamente hierárquico e isso possibilitou que as ideologias de classificação social, racial e sexual se instauraram e permanecessem na América Latina. Isso porque, uma vez que essas sociedades são racialmente estratificadas, isso “dispensou” as formas abertas de segregação, visto que essas obedecem às hierarquias que garantiam a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante.

Além disso, a formação de Portugal efetuou-se por meio do duplo movimento que conectava com a ressignificação da identidade cristã e com a expulsão dos muçulmanos no país. Assim, a ideia de “salvação” torna-se um dos pilares para identidade de Portugal. Nesse contexto, a “descoberta” do continente africano pelos lusitanos possibilitou que os portugueses, além de saquearem os recursos, implementassem a comercialização de pessoas negras daquele continente. Assim, a escravização foi justificada pela infidelidade daquela população perante a fé católica.

A autora explica ainda que o “racismo à brasileira” é fruto de um processo que nasceu nos países ibéricos, que foi aperfeiçoando-se ao longo do tempo e, por conseguinte, “aplicado” no Brasil. A excepcionalidade desse racismo se justifica por sua “negação”, de forma que, se algo “não existe”, não há como ser combatido. Por isso que, para Gonzalez, a afirmativa de que todos somos iguais perante a lei assume um caráter formalista, pois o racismo é “suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (Gonzalez, p. 131, 2020).

A ideologia do branqueamento é difundida por diversos processos, discursos e práticas socialmente construídos, em que se reproduz a crença e os valores ocidentais, a exemplo do mito da superioridade branca, que se relaciona com o desejo do embranquecimento, ou seja, com a perspectiva de “limpar o sangue” (Gonzalez, 2020, p. 132). Em contrapartida, a autora explica que o racismo de segregação, diferente do “racismo disfarçado”, reforça a identidade racial dos negros, pois essa é explicitamente percebida por qualquer pessoa desses grupos.

Isso explica o porquê de a construção racial no Brasil ter ocorrido de modo distinto em comparação aos Estados Unidos, e a outros países, e mostra a particularidade das sociedades, pois, mesmo os países nos quais a escravidão da população negra foi uma realidade apresentam inúmeras diferenças entre si.

Durante grande parte do século XX, o mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento e a perpetuação dos estereótipos sobre a população negra, enraizados desde o período colonial e modernizados por meio do determinismo racial, estabeleceram a base da ideologia racial brasileira. Essa combinação resultou em uma forma singular de racismo no Brasil, frequentemente denominada como “racismo à brasileira”.

Ao contrário de países onde o racismo se manifesta por meio de práticas abertamente preconceituosas e discriminatórias, seja por meio de leis de segregação racial ou mesmo sem o uso explícito de tais legislações, o racismo à brasileira nega a própria existência do racismo na sociedade brasileira. O Estado, as instituições, as pessoas envolvidas na discriminação (conscientemente ou não) e até mesmo muitas das vítimas do racismo não reconhecem a existência dessa forma de discriminação, bem como os privilégios que ela concede às pessoas brancas e a exploração e a exclusão sofridas pelas pessoas negras. Ademais, atitudes racistas muitas vezes são interpretadas como meras brincadeiras ou descuidos sem a intenção de ofender ou de excluir (Souza, 2022). Sendo assim,

[h]á uma diferença significativa dos efeitos dos diferentes tipos de racismo sobre a população. No racismo de segregação explícita, os negros, por terem a consciência objetiva desse racismo sem disfarces, compreendem objetiva e claramente as crueldades dessas práticas de desigualdades e desumanização. É justamente o entendimento da “dureza dos sistemas [que] fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista” (Gonzalez, 2020, p. 132, inserção nossa).

Guimarães *et al.* (2022) pontua que as discussões relacionadas às questões raciais requerem uma abordagem regionalizada e periodizada, visto que o racismo possui características distintas dependendo do contexto socioespacial em que se (re)produz. Ao mesmo tempo, o racismo evolui ao longo do tempo. Desse modo, o atual projeto racial em andamento almeja diluir as forças que buscam combatê-lo. No entanto, isso não significa que exista uma sociedade mais racista que a outra. Ou seja, “não existe racismo forte ou brando como muitos ideólogos tentam minimizar a questão social brasileira” (Guimarães *et al.*, 2022, p. 31).

Contudo, isso não significa que, em sociedades nas quais o racismo é por denegação, como no caso no Brasil, inexistem formas de luta e de resistência – as quais serão discutidas a seguir. No entanto, Gonzalez (2020, p.133) aponta que, no Brasil, a força cultural mostra-se como a mais eficaz forma de resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do recorte temporal estabelecido, buscamos no portal Qualis periódico as revistas de geografia classificadas em A1. Na classificação de periódicos de geografia do triênio 2010- 2012 apareceram 135 registros, sendo destes apenas 2 revistas brasileiras que discutem geografia: Mercator (Fortaleza) e a Geographia (UFF). Na classificação do quadriênio 2013-2016, apareceram 127 registros, dentre esses: Boletim Goiano de Geografia, GEOUSP: Espaço e Tempo, Mercator (Fortaleza) e Sociedade & Natureza (UFU), ou seja, 4 revistas. E, por fim, na classificação do quadriênio 2017-2020 apareceram 631 registros, sendo 15 revistas de geografia. As revistas que apareceram são: Boletim Paulista de Geografia, Caderno de Geografia (PUC-MG), Cadernos Metrópole (PUC-SP), Caminhos De Geografia (UFU), Confins, Espaço Aberto (PPGG-UFRJ), GEO UERJ, Geographia (UFF), GEOUSP: Espaço e Tempo, Mercator (Fortaleza), Ra'e Ga: O Espaço Geográfico em Análise, Revista do Departamento de Geografia (USP), Revista Espaço Aberto, Revista Geográfica Acadêmica, Revista Perspectiva Geográfica e Sociedade & Natureza (UFU).

Do Quadriênio escolhido, 2017- 2020, o mais recente, chegamos a 10 revistas a serem analisadas, sendo essas as que se encaixam na categoria de existir antes de 2003 e de ser revistas de geografia. Totalizando 505 edições, dessas há uma edição especial sobre a “Geografia e relações étnico-raciais”, na Revista Boletim Paulista de Geografia, com 11 artigos sobre o tema. Das 505 edições, aparecem apenas 20 artigos sobre a questão racial, mais os 11 artigos da edição especial do Boletim Paulista de Geografia, totalizando 30 artigos sobre a questão racial na geografia.

O Boletim Paulista de Geografia é uma revista científica publicada desde 1949 pela Seção local São Paulo, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP). Essa revista publica artigos originais e inéditos, resenhas, entrevistas, traduções e notas relacionadas à Geografia (Boletim Paulista de Geografia, 2023). Ao todo, desde 2003, há 31 edições, sendo que dessas apenas em 2020 há menção de artigos sobre a temática racial, na qual se trata de uma edição especial “Geografia e relações étnico-raciais”, totalizando 11 artigos.

O Caderno de Geografia é editado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais desde 1990 e tem por objetivo publicar trabalhos inéditos sobre temáticas pertinentes à Geografia e áreas afins. Ao todo, desde 2003, há 64 edições, sendo que dessas existem 4 artigos sobre o tema (Caderno de Geografia, 2023). Em 2014, v.24, número especial - “*Homicídios entre jovens negros no Estado de Minas Gerais: uma análise exploratória*”; em 2021, v.30, n.61 - “*Os territórios das mulheres negras no rap por meio das batalhas de rima*”; em 2022,

PESQ V.32, n.68 - “A cidade, a memória e a festa: o congado e os sentidos de negritude na paisagem patrimonial de Ouro Preto -MG” e em 2023, v.33, n.72 - “Negras Geografias no Recife oitocentista”.

A revista Cadernos Metr pole surgiu no final dos anos 1990, sendo um dos principais produtos do Observatório das Metr poles, e seu objetivo   difundir os resultados da análise comparativa entre as metrópoles. Os Cadernos Metr pole buscam realizar uma reflexão e um debate sobre as metrópoles contemporâneas e   uma revista de caráter interdisciplinar. Das edi es analisadas a partir de 2003 existem 47 edi es, sendo 2 artigos sobre o tema pesquisado (Cadernos Metr pole, 2023). Em 2007, edi o de n. 18: Acumula o Urbana, com o título “Segrega o residencial, condi o social e raça em Salvador” e, em 2014, edi o de v. 16, n. 31-Teoria urbana e cidade neoliberal na América Latina, com o título “Varia es intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial”.

A Revista Caminhos de Geografia   um periódico organizado e mantido pelo Programa de Pós-gradua o em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia, desde os anos 2000. Ela tem como objetivo a divulga o do conhecimento científico de temas pertinentes   Geografia e a áreas correlatas com interfaces nas Ciências Humanas, Tecnológicas e Ambientais (Caminhos de Geografia, 2023). Das edi es analisadas a partir de 2003 existem 87 volumes, sendo 3 artigos sobre o tema. Em 2013, v. 14, n. 45 - “A condi o sócio-cultural dos negros da comunidade dos Bagres no município de Vazante (MG): proprietários e produtores”; em 2022, v. 23, n. 87 - “Mulheres negras, professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de geografia” e em 2022, v. 23, n. 90 - “Tons do negro nas moradias urbanas periféricas: reflexos do racismo brasileiro na precariedade habitacional e na nega o do direito   cidade”.

A revista GEOgraphia   uma publica o do Programa de Pós-Gradua o em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Essa revista foi fundada junto ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Gradua o em Geografia da UFF, tendo seu primeiro número publicado em junho de 1999. Ela tem como objetivo divulgar o conhecimento sobre a atualidade de debates, clássicos e contemporâneos, de interesse da Geografia e de áreas fins que dialoguem com problemáticas relativas ao espaço geográfico (Geographia, 2023). Desde 2003, há 46 edi es, sendo 5 artigos sobre a questão racial. Em 2003, v. 5 n. 9 - “Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro”; em 2015, v. 17, n. 33 - “Escalas da a o política e movimentos sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo”; em 2022, v. 24, n. 53 - Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira; em 2022, v. 24, n. 53 - “Problematizando o



em *Revista de Geografia de Nova Friburgo como a 'Suíça brasileira': invisibilização étnico-racial e (re)criação de espaço-temporalidades* e, em 2022, v. 24, n. 53 - *“Escrevivendo com conhecimentos locais: reflexões de uma pesquisadora-negro-educadora durante a pandemia de covid-19”*.

A GEOUSP– Espaço e Tempo é uma revista do Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação de Geografia Física (PPGF) da Universidade de São Paulo e foi lançada em 1997 (GEOUSP, 2023). Do recorte temporal desde 2003, há 52 edições, sendo 2 artigos sobre o tema. Em 2003, v. 7, n. 2 - *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial* e, em 2015, v. 19, n. 2: ESPECIAL CIETA - *As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências*.

A Mercator (Fortaleza) é uma revista de geografia da Universidade Federal do Ceará, vinculada à Pós-Graduação em Geografia, criada em 2002 (Mercator, 2023). Das edições analisadas desde 2003, existem 48 edições, mas não há nenhum artigo a respeito da temática racial.

A Revista RA'EGA - O Espaço Geográfico em Análise é um periódico mantido pelo Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná e surgiu em 1997. O termo RA'EGA é de origem tupi-guarani e kaingáng, cujos significados são "descobrir" (RA'E tupi-guarani) e "Terra" (GA kaingáng). Segundo a revista, a escolha desse nome é uma homenagem à história e à cultura dos índios tupi-guaranis e kaingáangs, que são nações indígenas que ocuparam uma extensa porção do Paraná (RA'EGA, 2023). Das edições disponíveis desde 2003, há 51 edições, porém não há nenhum artigo sobre a questão racial negra.

A revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - RDG, publicada desde 1982, publica artigos com temas e com correntes variadas envolvendo as dimensões físicas, humanas e de representações do espaço geográfico, de abordagens interdisciplinares e transdisciplinares (RDG, 2023). Das edições analisadas desde 2003, há 32 edições com 3 artigos sobre a temática. Em 2014, volume especial Cartogeo - *“Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações”*; em 2022, v. 42 /especial copas do mundo 2022: Geografias do futebol - conexões possíveis - *“A denúncia do racismo e a contestação da democracia racial pela imprensa negra nos primórdios do futebol paulistano”* e, em 2022, v. 42 - *“A Lei 10.639/2003 e o documento curricular de Goiás desafios para um ensino antirracista”*.

E, por fim, a revista Sociedade & Natureza de 1989 tem como objetivo publicar trabalhos complementares de revisão crítica sobre tema relevante para a Geografia e para áreas

afins ou resultado de investigação de natureza empírica, experimental ou conceitual (Sociedade & Natureza, 2023). Desde 2003, há 46 edições publicadas, mas não há nenhum artigo sobre a questão racial.

A tabela a seguir exemplifica a relação de artigos sobre a questão racial em diferentes revistas, incluindo o nome da revista, o número de edições de 2003 a 2023 e a quantidade de artigos relacionados ao tema em cada revista:

Tabela 1 - Revistas de geografia (edições de 2003-2023)

Revistas de geografia (edições de 2003-2023) - Quantidade de artigo sobre a temática racial		
REVISTA	Edições 2003-2023	Quantidade
BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA	31	1 edição especial (11)
CADERNO DE GEOGRAFIA	64	4
CADERNOS METRÓPOLE	47	2
CAMINHOS DE GEOGRAFIA	87	3
GEOGRAPHIA	46	5
GEOUSP: ESPAÇO E TEMPO	52	3
MERCATOR	48	0
RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE	51	0
REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA	33	3
SOCIEDADE & NATUREZA	46	0

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados obtidos nas revistas (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representa as reflexões preliminares de uma dissertação em progresso, delineando apontamentos iniciais a partir da análise dos artigos sobre a questão racial presentes em revistas de geografia classificadas como A1.

Em um primeiro momento, podemos tecer algumas considerações sobre a quantidade de artigos produzidos pelas revistas classificadas como A1 no período compreendido entre 2003 e 2023, em que, das 505 edições, apenas 30 artigos são sobre a questão racial na geografia, ou seja, há uma produção pequena sobre esse assunto nessas revistas.

Sueli Carneiro (2023) afirma que, na sociedade brasileira, há um dispositivo de racialidade que opera como instrumento articulador de uma rede de elementos bem definida pelo contrato racial e que determina tanto as funções e as atividades no sistema produtivo quanto os papéis sociais. Ou seja, trata-se do epistemicídio, que é um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade e é um instrumento eficaz e duradouro, pois parte da negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros, que passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento. Para além da anulação e da desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio é um processo contínuo que resulta na privação cultural, ou seja, na negação do acesso à educação de qualidade, subjugação intelectual, descrença do negro como detentor e gerador de conhecimento, diminuição de sua capacidade cognitiva, falta de recursos materiais e/ou impacto na autoestima devido à discriminação presente no ambiente educacional (Carneiro, 2023).

Desse modo, entendemos que é urgente a realização de pesquisas voltadas para as questões étnico-raciais na geografia, visto que o Brasil tem, em sua “origem”, um projeto colonial-escravocrata. Além disso, a questão racial se estabeleceu como um dos elementos centrais na formação socioespacial brasileira (Guimarães *et al.*, 2022). No entanto, essa questão sempre esteve interligada a outros sistemas de exploração e de dominação, tais como classe social, gênero e sexualidade. Além disso, o capitalismo foi moldado por diversos sistemas hierárquicos, nos quais a raça é um dos princípios inerentes à produção social do espaço. Ao longo do tempo, formas, funções, processos, estruturas e significados relacionados à leitura do espaço foram padronizados para compreender a espacialidade da branquitude, enquanto marginalizam e até mesmo eliminavam a espacialidade não-branca (Guimarães *et al.*, 2022).

A geografia tem o potencial de fornecer uma perspectiva que nos permite avançar na compreensão dos processos que permeiam a sociedade brasileira, especialmente no que se refere à formação das desigualdades socioespaciais. Desse modo, é necessário destacar a dimensão geográfica nas abordagens teóricas que lidaram com a questão étnico-racial, lançando luz sobre esse aspecto.

Compreendemos também a importância de discutir o racismo no Brasil de modo a combatê-lo, uma vez que o mito da democracia racial ainda prevalece na sociedade e reflete nas relações sociais (Schwarcz, 2012; Fernandes, 2017; Almeida, 2020; Gonzalez; 2020; Santos, 2022). Além disso, acreditamos que sem desvendar esse “mito” não é possível avançar no combate ao racismo. Desse modo, entendemos que a geografia tem muito a contribuir para os debates no campo das relações étnico-raciais, auxiliando no deslindamento do “racismo estrutural” (Almeida, 2020) que marca tanto a geografia escolar (que tem como obrigação legal seguir a Lei 10.639/2003) quanto a geografia acadêmica e científica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Inscricões da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930). **Tese de Doutorado**. Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- COUTINHO, Joana A. A GUERRA IDEOLÓGICA: a dialética raça/classe no Brasil contemporâneo. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 12, n. 1, 2022.
- FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. 1.ed. São Paulo: **Expressão Popular**, co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.
- GUIMARÃES; OLIVEIRA; ROSA; GIORDANI; ALVES [Orgs.] Geografias negra e estratégias pedagógicas. São Carlos: **Pedro & João Editores**, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Editora Schwarcz-Companhia das Letras**, 2020.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. 1ª ed.- Rio de Janeiro: **Zahar**. 2022.
- GEOGRAPHIA. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/about>. Acesso em: abr. 15 de 2023.
- HAIDER, Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. São Pulo: **Veneta**, 2019.



MISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras entre ciência e saberes locais. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 57–69, 2010. DOI: 10.35699/2237-549X.13283. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13283>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MALACHIAS, Antônio Carlos. Geografia e relações raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2006.

MENDES, Raquel Almeida. Um descortinar de mundos: reflexões acerca da temática africana nos cursos de licenciatura em Geografia. **Dissertação de mestrado**, Universidade Federal de Goiás (UFG), 2021.

PENA, Elke Beatriz Felix. Artigos e Ensaios Científicos: dois gêneros e uma só forma? Gêneros textuais, acontecimentos e memória. **Dissertação de mestrado**. Belo horizonte - UFMG, 2005.

REVISTAS PUC-MINAS. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/about>. Acesso em: 12 de abr. 2023.

REVISTA PUC-SP. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/about>. Acesso em: 13 de abr. 2023

REVISTA USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/about>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

REVISTA GEOUSP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/about>. Acesso em: abr. 15 de 2023.

REVISTA UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

RATTS, ALEX. Geografia, relações étnicoraciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010.

SCHIFINI, Luiz Roberto Curtinaz *et al.* Periódicos científicos das áreas de medicina: perfil das revistas Qualis a1. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 99-133, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. 1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo Brasileiro: Uma história da formação do país**. I. ed - São Paulo: Todavia, 2022.

SOCIEDADE & NATUREZA. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/about>. Acesso em: 14 de abr. 2023.